

PRODUÇÃO TEXTUAL E INFORMÁTICA: DIALOGANDO SOBRE O USO DE SMARTPHONES

Radamila Oliveira do Nascimento ¹
Augusto César Oliveira de Almeida ²

RESUMO

O envolvimento dos jovens com telas torna-se um desafio cada vez maior, devido à distração com os jogos digitais e as redes sociais. Tendo em vista estes impactos negativos, a Lei nº 15.100/2025, instituída pelo Governo Federal, estabelece diretrizes para o uso de dispositivos eletrônicos nas escolas. Assim, o presente trabalho apresenta um relato da pesquisa-ação, de cunho qualitativo, desenvolvida no sentido de dialogar sobre a referida lei com dez turmas dos anos finais do ensino fundamental em uma escola pública localizada em Macaíba, no Rio Grande do Norte. Seguindo uma metodologia dialógica, construtivista e de aprendizagem significativa, realizou-se uma aula sobre o uso das tecnologias e sobre a Lei nº 15.100/2025, atuando também na perspectiva de diagnóstico e de interação. Com as turmas do 6º e do 7º ano optou-se por pouca escrita e pela produção individual de desenhos referentes aos aplicativos que costumam utilizar, incentivando, com isso, a reflexão sobre o motivo e a frequência cotidiana de uso do smartphone. Já para o 8º e o 9º ano, considerando a incidência do mau uso de dispositivos eletrônicos no horário da aula, realizou-se a leitura de um artigo publicado acerca da referida lei e a produção, em grupos, de panfletos informativos sobre riscos provenientes do uso de determinado aplicativo e métodos de prevenção. Apesar da falta de interação em alguns momentos, em especial com os estudantes mais velhos, a participação foi significativa e obtiveram-se algumas produções bastante criativas de acordo com o tema exposto. Pode-se concluir que, em sua interação do cotidiano, os estudantes estão se conscientizando dos riscos e das potencialidades das tecnologias, mas ainda é necessário desenvolver ações para aprofundar seus conhecimentos acerca deste tema.

Palavras-chave: Lei nº 15.100/2025, Informática, Produção textual, Tecnologias da informação e da comunicação, Smartphone.

INTRODUÇÃO

Os dispositivos móveis, smartphones, estão presentes em quase todos os contextos e seu uso muitas vezes resulta em melhorias e facilidades no acesso e na oferta de serviços. Nas escolas, contudo, essa presença constante se mostra um desafio, pois os professores dividem a atenção dos estudantes com os jogos digitais e as redes sociais, por exemplo.

Considerando a crescente popularidade dos smartphones e a flexibilização de acesso à internet, a Unesco (2013) aponta que essa combinação oferece uma variedade de recursos para mediar o processo de aprendizado e, inclusive, permitir a expansão de acesso à educação.

¹ Especialista do Curso de Tecnologias Educacionais e EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, rada.maiden@gmail.com;

² Especialista do Curso de Tecnologias Educacionais e EaD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, augusto_touya@hotmail.com.



No entanto, é necessário coibir seu mau uso dentro do ambiente escolar. Nesse sentido, a Lei nº 15.100/2025 oferece respaldo para as escolas restringirem o uso, ou até mesmo a presença, dos smartphones e demais dispositivos eletrônicos, como os smartwatch, sem função pedagógica.

Nesse contexto, o presente artigo traz um relato de pesquisa-ação realizada no sentido de apresentar a referida lei aos estudantes da Escola Municipal Auta de Souza, em Macaíba, no início do ano letivo 2025.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido como uma pesquisa ação, a qual “se configura como uma opção metodológica capaz de compreender a dinâmica de um problema” (Silva, Oliveira, Ataídes, 2021, p. 4). A pesquisa ação não busca encontrar soluções, mas sim propiciar a reflexão sobre o problema dentro do contexto onde ele é percebido, contribuindo para a mudança de atitudes.

Desse modo, a pesquisa foi desenvolvida na Escola Municipal Auta de Souza (EMAS), localizada na região urbana em um município do Rio Grande do Norte. O público-alvo da pesquisa incluiu os estudantes nos anos finais do ensino fundamental, ofertados no turno vespertino, das 13h às 17h. Foram 10 turmas no total, se dividindo da seguinte forma no ano letivo de 2025: 3 turmas de 6º ano, 2 turmas de 7º ano, 3 turmas de 8º ano e 2 turmas de 9º ano.

REFERENCIAL TEÓRICO

O uso de smartphones nas escolas é um tema controverso. Entre os pontos favoráveis, autores como Ferreira (2016), Alves et al. (2016) e Santos (2024) destacam a portabilidade, a inclusão e a facilidade de acesso à informação. Os autores defendem que os professores devem considerar esse dispositivo no seu planejamento, pois isso pode aproximar o cotidiano escolar da realidade do estudante, estimulando a participação na aula.

No entanto, entende-se que os smartphones são um meio de distração, especialmente quando aliado à internet, permitindo o acesso às redes sociais e a conteúdos inapropriados, por exemplo, impactando o desempenho acadêmico e a interação na escola. Nessa perspectiva, a Lei nº 15.100/2025, promulgada a nível nacional, oferece diretrizes para o controle do uso de aparelhos eletrônicos como o smartphone, o relógio digital e os fones de



ouvido pelos estudantes no ambiente escolar, durante todo o período letivo, não apenas nos horários de aula. Entre as justificativas para a referida lei está o incentivo à interação interpessoal no contexto analógico e às brincadeiras saudáveis.

O relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) publicado em 2023, aponta que, apesar dos dispositivos eletrônicos causarem distração, sua total proibição pode gerar resultados negativos sobre a capacidade de autocontrole dos jovens. Portanto, é interessante que a escola seja um local de incentivo ao uso saudável dos smartphones e que, em caso de restrição, ocorra o diálogo com os estudantes para que estes reflitam sobre os aspectos positivos e negativos de usar esse aparelho na escola.

Assim, a abertura ao diálogo é de extrema importância no processo de ensino. Verceze (2008) aponta que a interação entre professor e aluno é um elemento que determina o reconhecimento desses atores como indivíduos, ou seja, no sentimento de acolhida, impactando a consolidação da aprendizagem. Tal argumento concorda com Freire (1987, apud Silva, Souza, Costa, 2020), quando menciona a bagagem cultural e social trazida pelos aprendizes, a qual deve ser explorada no decurso da aula, a fim de estimular a curiosidade.

Nesse sentido, Silva, Carvalho e Ramalho (2016) afirmam que os estudantes têm acesso constante ao mundo virtual. Portanto, as TDIC se tornam um tema corriqueiro que, além de ser incorporado ao processo educativo, deve ser debatido nas aulas, como previsto pelos documentos de base, a fim de promover boas práticas entre estes aprendizes. Almeida (2018, p. 25) reforça que o ato de argumentar envolve o desenvolvimento do raciocínio lógico, onde o indivíduo se apropria do problema no sentido de alcançar uma solução, bem como “perceber as inferências da língua, do discurso e do diálogo para compreender as situações sociais.”

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a semana pedagógica, a gestão da EMAS trouxe o diálogo sobre a Lei nº 15.100/2025 e definiu as diretrizes internas acerca do uso pedagógico dos dispositivos eletrônicos, tanto em relação ao planejamento docente quanto para situações de uso desautorizado. Nesse momento, surgiram questionamentos acerca de apresentar a lei para que os estudantes ficassem cientes e, assim, respaldando a futura ordem que seria dada pelos docentes no sentido de guardar os dispositivos.

Portanto, a princípio, a gestão decidiu comunicar pessoalmente às turmas essas novas



diretrizes. Além disso, planejou-se uma aula para promover a reflexão acerca do uso de smartphones, a qual foi aplicada pela professora de Informática usando os horários da aula de Geografia, havendo, assim, a presença dos dois docentes com cada turma. Considerando a dinâmica antes e depois do intervalo, bem como atrasos eventuais, a aula teve duração entre 1:20h e 1:40h. Nesse momento também houve a intenção de conhecer os novatos, nos aproximar dos já conhecidos e, ainda, diagnosticar as habilidades e os conhecimentos prévios.

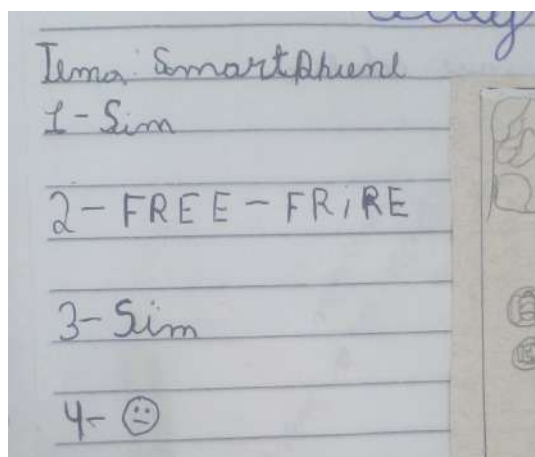
Desse modo, o planejamento se baseou na interação, buscando elucidar as informações do cotidiano dos estudantes, assim como suas opiniões. Deve-se enfatizar que não registramos as estatísticas desses dados, pois esse não era o foco da ação.

Iniciamos conversando sobre o que fizemos nas férias, criando um ambiente receptivo e aberto ao diálogo. Após esse contato, e tomando as próprias falas dos estudantes como ponto de apoio, apresentamos o tema da aula por meio de um jogo. Em turmas mais centradas e menos barulhentas, jogamos a força com palavras relacionadas a *smartphone* ou *tecnologia*. Já em outras, mais dispersas, pedimos, em tom de competição, que dois estudantes viessem ao quadro para criar, cada um, um mapa mental também sobre tecnologias ou internet, por exemplo, dentro do tempo cronometrado. A finalidade dos jogos foi capturar a atenção dos estudantes para adentrar no tema em discussão. Após esse momento, a prática foi diversificada em duas ênfases.

Para os 6º e 7º ano, optou-se por uma dinâmica com pouca escrita, sendo as turmas orientadas a não copiar a questão e a responder usando uma palavra, um número ou um desenho. Foram feitas as perguntas a seguir: você tem um smartphone ou tem acesso a um em casa?; qual aplicativo você mais utiliza?; algum adulto já disse que você usa demais o smartphone?; como você se sente quando não pode usar o smartphone?

Figura 1. Respostas no caderno do estudante A.



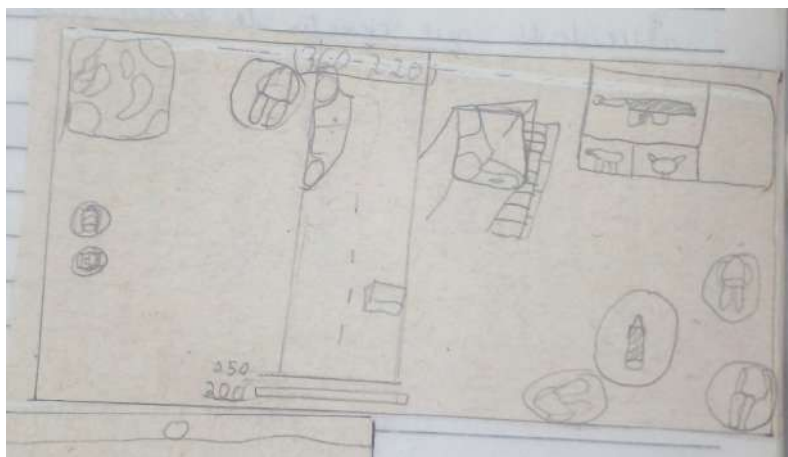


Fonte: Autoria própria, 2025.

A figura 1 representa boa parte das respostas obtidas. Como esperado, as redes sociais e os jogos digitais foram bastante citados. Da mesma forma, a grande maioria relatou que seus familiares já haviam reclamado do uso do smartphone em demasia e respondeu a quarta questão com um desenho de indiferença. Porém, houveram exceções. No 6º ano, por exemplo, a estudante M disse estudar frequentemente por meio de um aplicativo de idiomas e o estudante C não tinha acesso ao smartphone em casa.

No segundo momento, o objetivo final era a reprodução desenhada de três atividades que o estudante costumava realizar no smartphone. Para tanto, distribuímos folhas A4, uma para cada pessoa, e orientamos o desenho de três retângulos de dimensão 12x6 cm. Foi necessário, então, explicar como usar a régua respeitando a marcação numérica e de que forma conectar as linhas para montar o retângulo. Após desenhar a cena ou o ícone do aplicativo dentro dos retângulos, estes foram recortados e colados no caderno, junto às respostas do primeiro momento.

Imagem 2. “Tela” desenhada pelo estudante B.



Fonte: Autoria própria, 2025.



De modo geral, as turmas de 6º e de 7º ano se mostraram atentas ao mundo analógico, interessadas na prática e em compartilhar sua opinião, tanto sobre o tema da aula como durante outras discussões propostas pelos docentes. Percebemos um receio inicial no 6º ano, principalmente, devido a estar começando no fundamental II, uma fase nova e de dinâmica diferente dos anos iniciais, mas logo esse sentimento foi superado.

Em segunda perspectiva, a dinâmica com as turmas de 8º e de 9º ano objetivou incentivá-los a expressar sua opinião acerca da Lei nº 15.100 e seus conhecimentos sobre o ambiente virtual, em especial, os possíveis riscos de uso. Portanto, após a dinâmica inicial, trouxemos o tema dos smartphones e da internet, relacionando a vivência deles com fatores pesquisados previamente pelos docentes, como dados de uso desses dispositivos no Brasil. Tentamos contextualizar as informações da aula com conteúdos prévios de estatística e de geografia. O diálogo se mostrou um pouco mais difícil, quase unilateral, por isso buscamos chegar ao segundo momento mais rapidamente.

Distribuímos um artigo publicado no site do MEC expondo as diretrizes gerais da lei e a justificativa de quem a propôs. Explicamos algumas palavras recorrentes no texto, como “sancionada” e “restringir”. Então, fizemos três questões motivadoras, duas das quais podiam ser respondidas com informações do texto, e pedimos que fosse escrito um resumo do artigo, individualmente. As questões foram: quem assinou a Lei nº 15.100?; qual a justificativa para criá-la?; qual a sua opinião sobre essa lei?

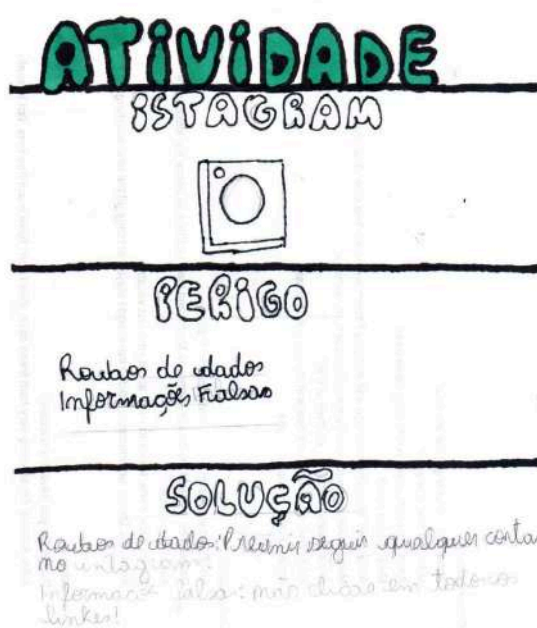
Uma das informações trazidas no artigo e percebida nos resumos foi a intenção de que os jovens interagissem mais fora das telas e voltassem a brincar. Como esperado, alguns alunos opinaram que a lei estava errada e que o celular devia ser liberado. Outros expressaram que não fazia diferença, pois não costumavam usar o smartphone na escola. Houve ainda quem opinou a favor da lei, argumentando que o celular realmente era uma distração e muitos professores precisavam reclamar com os estudantes, o que atrapalhava as aulas.

Observamos as respostas que foram sendo concluídas e prosseguimos para a próxima tarefa. Orientamos a formação de grupos de 3 ou 4 pessoas, distribuímos folhas A4 e explicamos que elas seriam usadas para construir panfletos informativos ou de conscientização. Explicamos a tarefa trazendo o foco para alguns aplicativos que os estudantes disseram usar com frequência, perguntamos quais os riscos advindos com o excesso de uso, o que pessoas mal intencionadas seriam capazes de fazer por meio desses ambientes e como podemos nos proteger.



De modo geral, as turmas de 8º e 9º ano se mostraram difíceis de dialogar, poucos interagiam com informações relevantes. Exercitamos nossa paciência em muitas situações, pois queríamos que os estudantes sentissem confiança para se exprimir, porém, tivemos que redirecionar algumas linhas de raciocínio. A construção do panfleto também foi um desafio. Nós citamos exemplos, mas não trouxemos um modelo físico, o que contribuiu para a dificuldade e a quantidade pequena de panfletos construídos de acordo com os pontos propostos, ou seja, aplicativo usado, risco encontrado e forma de prevenção.

Figura 3. Panfleto acerca do tema Instagram.



Fonte: autoria própria, 2025.

Apesar das dificuldades, alguns grupos demonstraram refletir seriamente sobre o problema proposto. Na imagem 3, por exemplo, o panfleto aponta o roubo de dados e o acesso a informações falsas como riscos no uso do aplicativo *Instagram*. As soluções propostas pelo grupo foram: evitar seguir qualquer conta, indiscriminadamente; e não clicar em todos os links.

Considerando a ação como um todo, percebemos a relevância de aulas orientadas ao diálogo para motivar a participação dos aprendizes no sentido de expor sua opinião de modo coerente, se fundamentando na leitura de mundo e em seus conhecimentos prévios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias emergentes em cada período histórico se incorporam ao processo de



ensino, pois a educação não acontece apenas na escola, embora seja ali sistematizada. Nessa perspectiva, o uso cada vez mais constante dos smartphones em diversos contextos se transpõe para o chão da escola e, sem relação com o trabalho pedagógico, prejudica o aprendizado.

Entende-se que o smartphone e a internet possuem inúmeras potencialidades para auxiliar o trabalho docente. No entanto, os professores têm autoridade para determinar em quais momentos farão uso ou não, e a Lei nº 15.100/2025 surge como um apoio legal para tanto. Porém, os jovens em formação geralmente tendem a buscar a satisfação imediata de suas vontades, recusando as normas impostas.

Assim, é relevante promover momentos de diálogo com os estudantes, pois a sua compreensão e o seu respeito pelas regras são indispensáveis para o bom desenvolvimento das ações educativas. Além disso, deve-se valorizar a bagagem cultural desses indivíduos, a fim de formar cidadãos capazes de se posicionar e de participar ativamente na sociedade.

No sentido de dar prosseguimento ao diálogo descrito nesse artigo, podem-se realizar ações que tratem de temas pontuais, como o cyberbullying e as possibilidades de uso das inteligências artificiais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. O. de. **O ensino interdisciplinar da argumentação mediado pelas áreas de informática e língua portuguesa no ensino fundamental I**. Monografia (Licenciatura em Informática) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, p. 73. 2019.

ALVES, W. B. et al.. Ciberespaço e cibercultura: contextos de possibilidades educacionais. **Anais III CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/20477>>. Acesso em: 03 ago. 2025.

FERREIRA, L. M. da C.. O celular como disputa de sentido. **Anais III CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/21483>>. Acesso em: 03 ago. 2025.

SANTOS, D. M. A. A. P. Proibir o celular nas escolas: perspectivas e implicações. **Revista Saberes e Sabores Educacionais**. v. 11., p. 104-121, 2024.

SILVA, A. C. da et al.. A dialogicidade em paulo freire: uma análise dos últimos enpecs. **Anais VII CONEDU - Edição Online...** Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://_dc-mx.9c1c5777875a.conedu.com.br/artigo/visualizar/67557>. Acesso em: 03 ago. 2025.



SILVA, K. F. F.; CARVALHO, J. M. de S.; RAMALHO, L. Q.. A pedagogia da tecnologia atuando na educação básica. **Anais III CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA19_ID7672_17082016175531.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2025.

SILVA, J. dos S.; MONTEIRO, K. B. F. de S.; COSTA, M. R. dos S.. A pesquisa-ação educacional: percursos e possibilidades de investigação da formação docente. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 7, n. 17, p. e171429, 2024.

SILVA, A. A. de F.; OLIVEIRA, G. S. de; ATAÍDES, F. B.. Pesquisa-ação: princípios e fundamentos. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 2-15, 25 dez. 2021.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE). **PISA 2022 Results The State of Learning and Equity in Education Publication Volume I**. OECD Publishing, Paris, 2023.

VERCEZE, R. M. N.. A interação professor/aluno na sala de aula. In: A interação professor/aluno na sala de aula, 2008, Rio de Janeiro. **Cadernos do CNLF (CiFEFil)**. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2008. v. XII. p. 03-152.

